Quixaba Investimentos S.A.

CNPJ 10.212.743/0001-89 Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 8º andar - Sala 3 - Município de São Paulo - SP



Exercícios findos em 31 de dezembro 2010

2009

1 055

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhados das Notas Explicativas e Relatório de revisão dos Auditores Independentes

São Paulo, 28 de janeiro de 2011. Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil					
ATIVO	2010	2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	2009
CIRCULANTE	2.436	2.352	CIRCULANTE	61	227
Caixa e Equivalente de Caixa (Nota 5)	-	12	Impostos e Contribuições a Recolher	12	161
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6)	2.418	2.340	Outras Obrigações	49	66
Tributos a Compensar ou Recuperar (Nota 10a)	18	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.573	7.445
NÃO CIRCULANTE	6.198	5.320	Capital Social:		
Créditos Tributários (Nota 10d)	653	-	- De Domiciliados no País (Nota 7a)	9.001	9.001
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 10a)	5.545	5.320	Prejuízos Acumulados	(428)	(1.556)
TOTAL	8.634	7.672	TOTAL	8.634	7.672

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DI	EZEMBRO - En	n Reais mil
	2010	2009
RECEITAS OP ERACIONAIS	726	2.371
Receitas Financeiras (Nota 8)	726	2.371
DESPESAS OPERACIONAIS	118	1.316
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9)	(118)	(156)
Despesas Fi nanceiras	-	(1.160)
RESULTADO OPERACIONAL	608	1.055
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	608	1.055
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 10b)	520	(227)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.128	828

Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2008	9.001	(2.384)	6.617
Lucro Líquido do Exercício	-	828	828
Saldos em 31.12.2009	9.001	(1.556)	7.445
Lucro Líquido do Exercício	-	1.128	1.128
Saldos em 31.12.2010	9.001	(428)	8.573

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO - Em Reais mil				
_	2010	%	2009	%
1 - RECEITAS	-	-	-	-
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços	-	-	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS -				
(incluiu ICMS, IPI, PIS e Cofins)	(118)	(19,4)	(156)	(7,1)
2.1) Materiais, energia, serviços de terceiros				
e outros	(118)	(19,4)	(156)	(7,1)
3 - RETENÇÕES	-	-	-	-
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO				
PELA ENTIDADE (3-4)	(118)	(19,4)	(156)	(7,1)
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM				
TRANSFERÊNCIA	726	119,4	2.371	107,1
5.1) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
5.2) Receitas financeiras	726	119,4	2.371	107,1
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	608	100,0	2.215	100,0
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	608	100,0	2.215	100,0
7.1) Tributos	(520)	(85,5)	227	10,3
7.2) Juros	-	-	1.160	52,3
7.3) Lucros retidos/Prejuízo do exercício	1.128	185,5	828	37,4
As Notas Explicativas são parte integra	ante das Den	nonstrações Co	ontábeis.	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Quixaba Investimentos S.A. é uma Companhia, que tem por objetivo, a participação em outras Companhias como cotista ou acionista, no país ou no exterior. A Quixaba Investimentos S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis preparado pela Companhia de acordo com as novas normas contábeis torasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos ativos ao seu valor justo.

A preparação de demonstrações contibbeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia

estintarios contactes criticas e tambem o exercicio de programento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As alterações introduzidas pelo o CPC para PMEs não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

2.2) moved unitrolivados nas de mioras tras priestriaçãos. Os itens incluídos nas de mioras priestriaçãos com ensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômicos on qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de resis (RS), que án moeda funcional da Companhia e, tambem, a sua moeda de apresentação.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e que apresentem riscos significantes de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de purto prazo, Meda 5. de curto prazo (Nota 5).

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros toram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

a.1) Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

Justo por meio oo resultato.

a.2) Ativos financeiros mantidos para negociação
Os ativos financeiros mantidos para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.
Os ativos financeiros mantidos para negociação os ão inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em "Resultado líquido de juros".

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão mantidos atê o vencimento, empréstimos ou recebíveis ou a valor justo por meio do resultado para os quais das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre provisões sobre as quais foram constituídos provisões sobre as quais foram constituídos provisões provi

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social...
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:.....
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas...
Lucro ((Prejuízo) do Período Ajustado:... **(1.065)** (1.065) 123 2.121 2.266.119 Redução/(Aumento) em Ativos Financeiros para Negociação (78)Redução/(Aumento) em Outros Ativos. (5.179)Aumento/(Redução) em Outras Obrigações Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos Caixa Líquido utilizado nas Atividades Operacionais Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa. (2.271.842) (17)(207 Início do Período. 9.000 Redução/(Aumento)
de Caixa Líquido e
Equivalentes de Caixa
Redução de Caixa e Equivalentes
de Caixa de Caixa..... (12)(8.988)

mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez. Aflivos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio (liquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía ativos financeiros disponíveis para venda,

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda e que não atendem a definição de empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receita Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possula ativos financeiros mantidos até o vencimento.

2.5) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

2.5) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda ao valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos niveis mais balxos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.6) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida, quando como resultado de um evento passado, a Companhia tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, e com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de éxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

2.7) Patrimônio Líquido

a) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.8) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tive sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Receitas Financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas usando o método da taxa de juros efetiva

As receitas financeiras são reconhecidas usando o método da taxa de juros efetiva.

2.9) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, sessas diferenças aletarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuizo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "créditos tributários".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão.

Quixaba Investimentos S.A.

CNPJ 10.212.743/0001-89
Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 8º andar - Sala 3 - Município de São Paulo - SP



Em 31 de dezembro

Em 31 de dezembro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos 10) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A Tributos a Compensar ou a Recuperar Os tributos a compensar ou a recuperar, no montar

legislações vigentes

mesma base de comparação.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendor e considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social) 608

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta permitindo que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração quando necessário.

Com o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Organização. Essa instância, denominada Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, é um órgão estatutário, presidido pelo Diretor-Presidente da Organização, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de CONTREM C exposição a riscos no âmbito da Organização.

4) TRANSIÇÃO PARA O CPC PARA AS PMES

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis preparadas de acordo com as políticas contábeis do CPC para PMEs.

A Companhia adotou 1º de janeiro de 2009 como data de transição. Nessa data, ela preparou as primeiras demonstrações contábeis de acordo com o CPC para PMEs, nas quais considerou todas as exceções obrigatórias e algumas das isenções opcionais permitidas na aplicação retrospectiva completa do CPC para PMEs.

Não estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2009 por não apresentarem d) Movimentação/evolução dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social efeitos em sua divulgação.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 3	31 de dezembro
	2010	2009
Disponibilidades em moeda nacional (1)	-	12
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	12
 Refere-se a depósito bancário à vista. 		

6) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos no montante de R\$ 2.418 (2009 - R\$ 2.340). Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas-escriturais,

		(em quantidade)
	2010	2009
Ordinárias	90.001	90.001
Total	90.001	90.001

8) RECEITAS FINANCEIRAS

	LIII OT GC GCZCIIID	
	2010	2009
Rendimento de Aplicação em Fundo de Investimento	221	73
Títulos de Renda Fixa	-	2.298
Juros Ativos	485	-
Outras Receitas Financeiras	20	-
Total	726	2.371
9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		

	Em 3	1 de dezembro
	2010	2009
Editais e Publicações	88	131
Serviços Prestados	21	16
Contribuição Sindical Patronal	9	9
Total	118	156
RELATÓRIO DE RE	VISÃO DOS AUDIT	ORES INDEPE

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 5.563 (2009 - R\$ 5.320), referem-se, analises realizadas pela Aurillinistração.

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de no 5.503 (2009 - no 5.504), leterenirose, A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de substancialmente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte sobre adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do aplicações financeiras.

imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas e sua realização, sendo que os saldos do exercício anterior foram reclassificados para serem apresentados na lenislações vioentes. mesma base de comparação.

	Em 31	I de dezembro
	2010	2009
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	608	1.055
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas		
de 25% e 9%, respectivamente	(207)	(359)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Créditos Tributários de exercícios anteriores	637	-
Créditos não ativados	-	108
Outros	90	24
Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício	520	(227)

	2010	
	2010	2009
npostos correntes		
nposto de renda e contribuição social devidos	(133)	(227)
npostos diferidos		
tivação de Créditos Tributários Exercícios Anteriores Base		
Negativa e Prejuízo Fiscal	637	-
onstituição (realização) no exercício sobre adições temporárias	16	-
nposto de renda e contribuição social do exercício	520	(227)

diferidos

Origem do Crédito Tributário	Saldo em 31.12.2009	Consti- tuição	Realização	Saldo em 31.12.2010
Outras provisões		16		16
Total dos créditos tributários	-	16	-	16
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social	-	637	-	637
Total dos créditos tributários Jíquidos		653		653

Os créditos tributários foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, levando em consideração futuros aportes de recursos pela Organização Bradesco ou incorporações de empresas.

Há perspectiva de realização dos créditos tributários em menos de 05 anos.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 588, sendo R\$ 15 de diferenças temporárias e R\$ 573 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Em 31 de dezembro 11) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representado

20	110	20	009
Ativo	Receitas	Ativo	Receitas
(passivo)	(despesas)	(passivo)	(despesas)

Banco Bradesco S.A.... b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) OUTRAS INFORMAÇÕES

Caixa e Equivalentes de Caixa:

- a) A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía operações com Instrumentos
- Financeiros Derivativos. b) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.
- c) Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC-1SP200234/O-9

ENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas Quixaba Investimentos S.A.

Revisamos o balanço patrimonial da Quixaba Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2010 e as

1. Revisamos o balanço patrimonial da Quixaba Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2010 e as 4. Hevisamo respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio (quido e dos fluxos de caixa para de 2010, c o exercicio findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade e emitir relatório sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão do eleftuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações contábeis contábeis enternacionais de revisão de demonstrações contábeis contábeis enternacionais de revisão de demonstrações relivante. Uma revisão esta limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis acima referidas não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos

relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e

4. Revisamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro 4. Hevisamos tambem a demonstração do valor adicionado (UVA) para o exercicio tindo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia e como informação suplementar às práticas contábeis adotadas no Brasil que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração não esteja apresentada de forma condizente com as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 28 de janeiro de 2011 Luís Carlos Matias Ramos Contador CRC 1SP171564/O-1

Metropolis Empreendimentos = Imobiliários S.A.

Imobiliários S.A.

("Companhia") CNPJMF nº 10.382.341/0001-22 - NIRE 35.300.377.311

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de
Administração em 15/03/2011, às 11hs. (horário de São Paulo), por meios de
comunicação remota. Presença: Totalidade. Mesa: Presidente:
Sr. Marcelo Henrique de Campos Silva e Secretário: Sr. Juarez Saliba de
Avelar. Deliberações: Após exame e discussão, os conselheiros decidem,
nos termos do item 5.5 (vii) do Estatuto Social da Cia, pela aprovação sem
ressalvas do Rel. da Administir., das Demonstr. Financeiras e do Parecer
dos Auditores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2010
("Documentos da Administração"), constantes do Anavo I à presente ata
do Sa Documentos da Administração erão encaminhados à Comissão do
Valores Mobiliários e ficarão disponíveis aos Acionistas na sede social da
Cia, e serão oportunamente apreciados em AGO. Os conselheiros
autorizam a Diretoria da Cia. a adotar todos os procedimentos necessários
a divulgação e à publicação dos Documentos da Administração na forma
exigida por lei. Por fim, recomendam que a Diretoria comece a preparar e
organizar os demais documentos necessários realização da AGO, nos
termos do art. 9" da Instrução CVM 481, de 17/12/2009. Nada mais.
Juarez Saliba de Avelar - Secretário da Mesa. JUCESP nº 123.060/11-4
em 01/04/2011, Kátia Regina de Godoy - Secretária Geral.

Ferrolene S.A. - Ind. e Com. de Metais

CNPJ n° 61.881.017/0001-90 - NIRE n° 35300098579 Extrato da Ata AGE Realizada em 06/01/2011

CNPJ n° 61.881.017/0001-90 - NIRE n° 35300098579

Extrato da Ata AGE Realizada em 06/01/2011

Data, Hora e Local: 06/01/2011, às 15hs.,na sede social. Convocação: dispensada; Pressença: totalidade. Mesa: Presidente - Elizabeth Pavan, Secretário - João Luciano Granado. Deliberações por Unanimidade: Aprovado que esta sociedade venha contratar a aquisição de 01 (uma) linha de corte longitudinal 26/0380-2100, do fabricante Divimec Tecnologia Industrial Ltda, codigo do finame 044887-7, no valor unitário de R\$ 5.750.000,00. Também autorizada à contratação do financiamento parcial ou total deste equipamento junto a Bancos que a sociedade mantenha relação, inclusive com o Banco do Brasil S/A, seja por meio de Cédula de Crédito Bancário, Comercial ou Industrial, Finame Compradora TJLP, Contrato de Abertura de Crédito ou outro instrumento contratual similar, com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial FINAME / BNDES, podendo ser dado às garantías necessárias, inclusive alienação fiduciária dos próprios bers, a ser pago em até 120 meses. Encerramento: A Ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente - Elizabeth Pavan e Sercetário - João Luciano Granado. Actionistas: Novênio Pavan Participações S/A p. Elizabeth Pavan, Enide Pavan, Agepan Participações S/A p. Elizabeth Pavan, Elizabeth Pavan, A Ata em seu inteiro teor, encontra-se arquivada na Jucesp n° 73.757/11-1 em 21/02/2011. Káta Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.

■MCM Cimentos S.A. ■

("Companhia") CNPJ/MF nº 11.858.621/0001-27 - NIRE 35.300.378.024
Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 15/03/2011
Em 15/03/2011, às 10hs (horário de São Paulo), por meio de comunicação
remota. Presença: Totalidade. Mesa: Presidente: Sr. Marcelo Henrique

de Campos Silva e Secretário: Sr. Juarez Saliba de Avelar. Deliberações: Após exame e discussão, os conselheiros decidem, nos termos do item Apos exame e discussad, vis consenientos decentris, fusi emisso di leini. \$5 (vii) do Estatuto Social da Cia., pela aprovação sem ressalvas do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2010 ous Adultotes, relativos ao exercicio social encierado en 3/1/22/01/
("Documentos da Administração"), constantes do Anexo I à presente ata. Os Documentos da Admin. serão encaminhados à Comissão de Valores Mobiliários e ficarão disponíveis aos Acionistas na sede social da Cia., e serão oportunamente apreciados em AGO. Os conselheiros autorizam a Diretoria da Cia. a adotar todos os procedimentos necessários à divulgação e à publicação dos Documentos da Administração na forma exigida por lei. Por fim, recomendam que a Diretoria comece a preparar e organizar os demais documentos necessários à realização da AGO, nos termos do art. 9° da Instrução CVM 481, de 17/12/2009. Nada mais. Juarez Saliba de Avelar - Secretário da Mesa. JUCESP n° 123.062/11-1 em 01/04/2011. Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.

imprensaoficial CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo

C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autenticado por Imprensa Oficials DO ESTADO SP

UI-ID - 772541, CN=IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP, E-certificaceo@imprensaoficial.com.br

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal

www.imprensaoficial.com.br

Quixaba Investimentos S.A.

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 8º andar - Sala 3 - Município de São Paulo - SF

Em 31 de dezembro

2009

2.298

16

156

Em 31 de dezembro (em quantidade)

2010

221

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil

Senhores Acionistas

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado

São Paulo, 28 de janeiro de 2011.

ATIVO	2010	2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	2009		
CIRCULANTE	2.436	2.352	CIRCULANTE	61	227		
Caixa e Equivalente de Caixa (Nota 5)	-	12	Impostos e Contribuições a Recolher	12	161		
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6)	2.418	2.340	Outras Obrigações	49	66		
Tributos a Compensar ou Recuperar (Nota 10a)	18	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.573	7.445		
NÃO CIRCULANTE	6.198	5.320	Capital Social:				
Créditos Tributários (Nota 10d)	653	-	- De Domiciliados no País (Nota 7a)	9.001	9.001		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 10a)	5.545	5.320	Prejuízos Acumulados	(428)	(1.556)		
TOTAL	8.634	7.672	TOTAL	8.634	7.672		
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.							
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO -	Em Reais mil		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 D	JE DEZEMBRO - Em Re	eais mil		

DEMONSTRAÇÃO DE RESOLIADO DOS EXERCICIOS FINDOS EM ST DE DEZEMBRO - EN REASTINI				
	2010	2009		
RECEITAS OPERACIONAIS	726 726	2.371 2.371		
DESPESAS OPERACIONAIS Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9) Despesas Financeiras	118 (118)	1.316 (156) (1.160)		
RESULTADO OPERACIONAL	608	1.055		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	608	1.055		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 10b)	520	(227)		
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.128	828		

em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhados das Notas Explicativas e Relatório de revisão dos Auditores Independente

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	- 	, 	-	
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2010	%	2009	%
1 - RECEITAS	-	_		_
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços	-	-	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS - (incluiu ICMS,				
IPI, PIS e Cofins)	(118)	(19,4)	(156)	(7,1)
2.1) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(118)	(19,4)	(156)	(7,1)
3 - RETENÇÕES	-	-	-	-
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA				
ENTIDADE (3-4)	(118)	(19,4)	(156)	(7,1)
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	726	119,4	2.371	107,1
5.1) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
5.2) Receitas financeiras	726	119,4	2.371	107,1
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	608	100,0	2.215	100,0
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	608	100,0	2.215	100,0

(520)

1.128

(85,5)

185,5

227

1.160

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Social	Acumulados	Totais	
9.001	(2.384)		
-	828	828	
9.001	(1.556)	7.445	
-	1.128	1.128	
9.001	(428)	8.573	
	9.001	9.001 (2.384) - 828 9.001 (1.556) - 1.128	

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil Exercícios findos em 31 de dezembro 2010 2009 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Socia 608 1.055 Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos: 485 (1.065)Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas. 485 (1.065)Lucro/(Prejuízo) do Período Ajustado: Redução/(Aumento) em Ativos Financeiros para Negociação 2.266.119 (78)Redução/(Aumento) em Outros Ativos. (35)(5.179)Aumento/(Redução) em Outras Obrigações (17)(2.271.842)Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos Caixa Líquido utilizado nas Atividades Operacionais (12)(8.988) Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa (12)(8.988)Início do Período 12 9.000 Redução/(Aumento) 10.3 de Caixa Líquido e Equivalentes de Caixa Fim do Período 52,3 Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa (12)(8.988)37,4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

7.3) Lucros retidos/Prejuízo do exercício.

7.1) Tributos

7.2) Juros..

A Quixaba Investimentos S.A. é uma Companhia, que tem por objetivo, a participação em outras Companhias como cotista ou acionista, no país ou no exterior. A Quixaba Investimentos S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração quando necessário demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis preparado pela Companhia de acordo com as novas normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo Não estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2009 por não apresentarem efeitos em sua divulgação histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos ativos ao seu valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o 5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis

As alterações introduzidas pelo o CPC para PMEs não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação 2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais

de até três meses e que apresentem riscos significantes de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos

até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

a.1) Designados no reconhecimento inicial Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado

a.2) Ativos financeiros mantidos para negociação

Os ativos financeiros mantidos para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também

são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período

As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em "Resultado líquido de juros"

b) Ativos financeiros disponíveis para venda Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento, empréstimos ou

recebíveis ou a valor justo por meio do resultado para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, nte a valor iusto. com os ganhos e perdas onhecidos no natrimônio líquido em outros re ultados abrand

exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma 10) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía ativos financeiros disponíveis para venda

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social para venda e que não atendem a definição de empréstimos e recebíveis. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados

subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receita Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento. 2.5) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda ao valor

recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.6) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida, quando como resultado de um evento passado, a Companhia tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, e com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais

não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que

2.7) Patrimônio Líquido

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços no curso normal das atividades da Companhia

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes

As receitas financeiras são reconhecidas usando o método da taxa de juros efetiva

2.9) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e

de adições temporárias, são registrados na rubrica "créditos tributários" Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram A Companhia é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A.,

constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários. os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS A Companhia como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta permitindo que os riscos sejam efetivamente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

Com o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Organização. Essa instância, denominada Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, é um órgão estatutário, presidido pelo Diretor-Presidente da Organização, que terr por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos no âmbito da Organização.

4) TRANSIÇÃO PARA O CPC PARA AS PMES As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis preparadas

de acordo com as políticas contábeis do CPC para PMEs. A Companhia adotou 1º de janeiro de 2009 como data de transição. Nessa data, ela preparou as primeiras demonstrações contábeis de acordo com c CPC para PMEs, nas quais considerou todas as exceções obrigatórias e algumas das isenções opcionais permitidas na aplicação retrosp

do CPC para PMEs

2010 2009 Disponibilidades em moeda nacional (1) Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (1) Refere-se a depósito bancário à vista.

Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos no montante de R\$ 2.418 (2009 - R\$ 2.340). Estes ativos são classificados na categoria

6) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Rendimento de Aplicação em Fundo de Investimento

de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado 7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

Títulos de Renda Fixa.

90 001 90 001 Ordinárias 90.001 Total.... 90.001 8) RECEITAS FINANCEIRAS Em 31 de dezembro 2010 2009

Juros Ativos. 485 Outras Receitas Financeiras 20 2.371 9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS Em 31 de dezembro 2010 2009 131

Fditais e Publicações Serviços Prestados Contribuição Sindical Patronal 21 Total. 118

a) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 5.563 (2009 - R\$ 5.320), referem-se, substancialmente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras O saldo de tributos a compensar está apresentado no grupo de ativos não circulante, devido à perspectiva de sua realização, sendo que os saldos do exercício anterior foram reclassificados para serem apresentados na mesma base de comparação

Em 31 de dezembro 2010 2009 Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social). 608 1.055 Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente... (207)Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos: Créditos Tributários de exercícios anteriores. 637 Créditos não ativados 108 Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício. 520 (227)

Em 31 de dezembro 2010 Impostos correntes mposto de renda e contribuição social devidos (133)Impostos diferidos Ativação de Créditos Tributários Exercícios Anteriores Base Negativa e Prejuízo Fiscal 637 Constituição (realização) no exercício sobre adições temporárias Imposto de renda e contribuição social do exercício 520 (227)

d) Movimentação/evolução dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro Saldo em Origem do Crédito Tributário Realização 31.12.2009 Constituição 31.12.201 Total dos créditos tributários 16 16 juízo fiscal/base negativa da contribuição social Total dos créditos tributários, líquidos .. 653 653

Os créditos tributários foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, levando em consideração futuros aportes de recursos pela Organização Bradesco ou incorporações de empresa Há perspectiva de realização dos créditos tributários em menos de 05 anos. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 588, sendo R\$ 15 de diferenças temporárias e R\$ 573 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

11) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

			Er	n 31 de dezembro	
	20	2010		2009	
	Ativo	Receitas	Ativo	Receitas	
	(passivo)	(despesas)	(passivo)	(despesas)	
a e Equivalentes de Caixa:					
o Bradesco S A	_	_	12	_	

controlador da Companhia

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

12) OUTRAS INFORMAÇÕES a) A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos b) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.

c) Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC-1SP200234/O-9

de forma voluntária pela Companhia e como informação suplementar às práticas contábeis adotadas no Brasil que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conheci

nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração não esteja apresentada de forma condizente com as demonstrações contábeis referidas no

. Revisamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Caixa

Aos Administradores e Acionistas

1. Revisamos o balanço patrimonial da Quixaba Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir relativiros obre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações contábeis. Essas normas requerem

que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Úma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011

Contador CRC 1SP171564/O-1

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes pwc CRC 2SP000160/Q-5

primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

Luís Carlos Matias Ramos

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis acima referidas não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas